

A RAZÃO COMO TRIBUNAL DA CRÍTICA:  
MARX E A GAZETA RENANA\*

Celso Eidt\*\*

A imprensa havia se convertido em espaço privilegiado do exercício crítico dos intelectuais liberais alemães no início da década de 40 do século XIX. Articulados em torno de periódicos, os intelectuais exerciam vigoroso debate sobre os mais diversos assuntos da vida nacional.

Entre os periódicos de maior destaque está aquele do qual o jovem Marx foi membro fundador, articulista e redator chefe: A Gazeta Renana.<sup>1</sup>

Os novos órgãos de imprensa refletiam as mudanças em voga na Alemanha. Não obstante o atraso histórico, um forte crescimento industrial impulsionava a vida nacional. A burguesia se fortalecia e reivindicava maior espaço de manifestação e de participação política. Esta, até então, encontrava-se excluída do Estado Prussiano, organizado segundo princípios políticos pré-modernos e dominado pela burocracia aristocrática, detentora de privilégios e avessa a toda e qualquer mudança. O conflito de interesses entre a nova categoria social e a velha ordem política estava estabelecido. Como a burguesia não dispunha de organismos políticos fortes, a articulação político-ideológica ocorria entre os intelectuais. Os jovens-hegelianos converteram-se, assim, em seus aliados diretos, fazendo da crítica política uma de suas maiores bandeiras de luta. A imprensa liberal de forma geral e a *Gazeta Renana* em particular expressavam os novos ideais. Ideais fundados na afinidade de interesses, assim descritos por Bermudo: “os desejos da burguesia manifestam-se no nível ideológico em duas frentes: liberdade de imprensa e Estado constitucional que assegurasse as liberdades políticas e de comércio. Os jovens-hegelianos, a partir

da identificação liberdade/razão, lançavam suas críticas pela separação entre religião e Estado, como única forma de liberar o Estado da irracionalidade. Estas são as alavancas da luta ideológica: liberdade de imprensa, constituição precisa e separação entre religião e Estado. E tudo isso em nome de um mesmo deus: a *liberdade*” (BERMUDO, 1975, 45).

Marx iniciou sua participação na imprensa justamente no interior do movimento dos jovens hegelianos. Seus artigos, em sua maioria publicados na “velha” *Gazeta Renana*, tratam diversos assuntos de caráter político, econômico e social. Além da perspicácia teórica dos artigos, cabe destacar o estilo crítico, irônico e metafórico, expresso no mais autêntico espírito liberal da época. Espírito liberal que permeia seus escritos de juventude. Mesmo não se tratando de discutir neste artigo a natureza do pensamento do Marx, gostaríamos de mostrar alguns de seus aspectos que nos parecem necessários para melhor compreender o próprio debate em torno da imprensa, assunto deste artigo.

Entendemos que a obra juvenil de Marx, à qual pertencem os escritos da *Gazeta Renana*, revela princípios filosóficos e políticos completamente distintos dos escritos posteriores, já daqueles dos *Anais Franco-Alemães*. Há, portanto, uma descontinuidade entre os escritos que vão até os artigos da *Gazeta Renana* e os escritos posteriores. Neste sentido, destacamos a precisa determinação de J. Chasin sobre a natureza do pensamento de Marx no período que inclui a *Gazeta Renana*. É o período que efetivamente deve ser designado como juvenil, período que Marx partilha com os neo-hegelianos da filosofia da ação, ou do idealismo ativo. A obra juvenil não revela raízes do pensamento político-filosófico posterior de Marx: “Numa identificação menos genérica, o vínculo a ressaltar é com o idealismo ativo, próprio dos neo-hegelianos, e aos escritos dessa fase é que cabe, exclusivamente, numa periodização fundamentada, a designação de obra juvenil” (CHASIN, 1995, 350).

É fundamental notar a distância teórica que há entre o Marx da *Gazeta Renana* e da *Tese Doutoral*, de um lado, e do período que se inicia com a *Crítica*

de Kreuznach, *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução e Sobre a Questão Judaica*, os dois últimos editados nos *Anais Franco-Alemães*. Os artigos da *Gazeta Renana* pertencem e encerram, efetivamente, o período do jovem Marx e se distanciam radicalmente da fase posterior.

Ao tempo da *Gazeta Renana*, Marx não é nenhum crítico radical da tradição filosófica ocidental, mas, ao contrário, se filia à mesma, com o que, em boa medida, partilha do pensamento filosófico em voga na Alemanha da época. Em particular, está afinado com o idealismo ativo, ou seja, com o movimento neo-hegeliano de esquerda, que está em sua máxima atividade no tempo da *Gazeta Renana*. Neste sentido, queremos manifestar nossa afluência às precisas considerações que J. Chasin, em alguns de seus textos, faz sobre o Marx do período em questão. É no período juvenil que Marx partilha com os neo-hegelianos da filosofia da ação ou idealismo ativo. Chasin chama a atenção para não se fazer recair na diferença de Marx com os jovens hegelianos o eixo de análise dos artigos da *Gazeta Renana* nem, tampouco, valorizar em demasia os elementos de continuidade entre o período jornalístico de 1842 e início de 1843 com a obra posterior, pois a obra juvenil não revela raízes do pensamento político-filosófico posterior de Marx. Segundo Chasin, é preciso destacar a relação de Marx com o idealismo ativo dos neo-hegelianos, de maneira que os escritos dessa fase representam, efetivamente, a sua obra juvenil. Chasin reforça a idéia de que o vínculo de Marx com os jovens hegelianos é, ao mesmo tempo, um vínculo com as estruturas tradicionais da filosofia política: “Em suma, à época Marx estava vinculado às estruturas tradicionais da filosofia política, ou seja, à determinação onto-positiva da politicidade, o que o atava a uma das inclinações mais fortes e características do movimento dos jovens hegelianos” (CHASIN, 1995, 354).

É bem conhecida a referência que Marx faz a seus trabalhos do período: “Nos anos de 1842/43, como redator da *Gazeta Renana*, vi-me pela primeira vez em apuros por ter de tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais. As deliberações do Parlamento renano sobre o roubo de madeira e parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o Sr. Von Schaper,

então governador da província renana, abriu com a *Gazeta Renana* sobre a situação dos camponeses do vale do Mosella, e finalmente os debates sobre o livre comércio e proteção aduaneira, deram-me os primeiros motivos para ocupar-me de questões econômicas”<sup>2</sup>.

As preocupações de Marx com as questões de ordem econômica e material se conjugam com outras tantas que dizem respeito a realidade alemã da época. A especulação filosófica, assuntos de ordem política, religiosa e, de forma ampla e constante, a temática da imprensa. Durante o período em que atuou mais intensamente no campo jornalístico Marx nunca deixou de discutir acerca dos fundamentos teórico-filosóficos, bem como do sentido, função e natureza da mesma.

Queremos nos ater ao debate desta questão e apresentá-la em suas principais articulações, mostrar algumas das razões pelas quais Marx, na juventude, entendia a imprensa não só como um lugar privilegiado para o debate filosófico, mas como lugar necessário para a transformação do espírito e para a efetivação da liberdade humana.

A convicção de Marx e da esquerda hegeliana em geral é de que a imprensa é o lugar privilegiado para as lutas políticas da época; os artigos apostam na maturação do espírito popular pela crítica filosófica das questões relativas a vida nacional. Entende Marx que nos embates críticos cotidianos da imprensa, o espírito de um povo se fortalece, amadurece e alcança a maioria. Daí o significado de transpor os acontecimentos cotidianos para a imprensa, fazê-los participar da formação da consciência política do povo.

Os assuntos cotidianos perdem seu caráter particular e tornam-se fatos públicos, de caráter democrático e universal. Esta possibilidade se dá somente quando a imprensa for livre; por sua atividade livre o espírito pode manifestar-se em toda sua riqueza e diversidade. Cria-se assim o espaço no qual os homens, pela diversidade de idéias e sem relações de hierarquia, se manifestam em condições de igualdade; confrontam pontos de vista com base na inteligência,

realizam sua capacidade de comunicação e, assim, se elevam de sua situação isolada ou particular para o espaço da universalidade.

Embora sendo o espaço mais favorável para o exercício crítico dos intelectuais, a imprensa alemã da época não dispunha de autonomia e liberdade para publicizar integralmente seus artigos. A censura aumentava à medida em que a crítica política crescia e, recaía precisamente sobre os artigos e periódicos mais descontentes com a situação da época. Marx, assim como não é ignorado pela censura, também não a ignora. Trata-se de uma relação sem trégua. Seu espírito livre e crítico é acompanhado por este “espectro” que atormenta a atividade jornalística durante o período da velha Gazeta Renana.

Da mesma forma que a imprensa é compreendida a partir de uma articulação política maior, que envolve os diversos aspectos da vida nacional, a discussão da censura igualmente não se reduz a seu universo próprio. A censura é uma questão de ordem política, alimentada pela atrasada vida política alemã. Se a imprensa dispõe das condições para promover o progresso e o “amadurecimento” do “espírito político” do povo, a censura, por sua vez, é o mecanismo arbitrário pelo qual os governos conservadores conseguem bloquear a livre manifestação da consciência popular. O controle desta, a supressão da sua atividade crítica, resulta no atraso do espírito político. É o caso do espírito político alemão. Na Alemanha, no período em que mais imperava a censura, o espírito se expressara em palavras incompreensíveis e misteriosas, porque a linguagem inteligível não pôde ser expressa: “Na época da mais estrita observância da censura, entre 1819 e 1830, (...) a nossa literatura vivia a ‘era do jornal da noite’(...) se poucos santos puderam resistir 40 dias sem comida, a Alemanha inteira, que nem sequer chegou a ser santa, poderia viver mais de 20 anos sem toda essa produção e consumo espiritual”<sup>3</sup>

Em 24 de dezembro de 1841 o governo prussiano promulga as *Novas Instruções* sobre a censura na Alemanha. Em *Observações sobre as Novas Instruções do Governo Prussiano acerca da Censura*<sup>4</sup>, Marx mostra que as

mesmas, ao contrário do que afirmam governo e boa parte da imprensa, reforçam a censura. O governo e a imprensa oficial tentam desviar a atenção da institucionalização da censura para fazê-la recair sobre os censores. Marx repõe a questão definindo-a como uma espécie de crítica, mas sem caráter universal por ser a crítica como monopólio do ponto de vista do governo. Por ser crítica, a censura não poderia, ela mesma, subtrair-se à crítica: “A *censura* é a *crítica oficial*; suas normas são normas críticas, portanto, as menos indicadas para se subtrair à crítica, que elas mesmas proclamam”<sup>5</sup>.

Como crítica oficial, a censura busca transformar o ponto de vista do governo, que é particular, em único ponto de vista. Assim o ponto de vista do governo aparece na imprensa como se fosse universal e a crítica como privilégio particular ocupa o lugar da crítica como direito universal.

Não ignorando o papel dos censores, Marx, todavia, entende a censura como uma instituição que faz parte da estrutura burocrático e conservadora do Estado Prussiano. Tanto os censores são de livre escolha do governo quanto a regulamentação da imprensa é tarefa oficial, o que implica em responsabilidade. As *Novas Instruções* tem caráter dúbio e subjetivo e abrem espaço para o arbítrio do governo. Um de seus artigos exige dos homens de imprensa, dos chefes de redação, “capacidade científica” e “posição”, cobrança que não faz a seus censores. Esses fazem parte do governo e, portanto, estão situados acima da regulamentação. Marx questiona, com espírito irônico, a casta de censores que o governo põe em ação: “Se a Prússia conta com tal plêiade de gênios universais, conhecidos pelo governo -em cada cidade existe pelo menos um censor- por que estas cabeças enciclopédicas não atuam como escritores?”<sup>6</sup>

Mas esses “gênios universais” não são conhecidos pelo mundo científico, apenas pelo governo. Se os próprios censores já são “cabeças enciclopédicas”, mais geniais ainda devem ser os funcionários que os indicam. Assim, “quanto mais remontarmos à *burocracia intelectual*, mais portentosas são as cabeças com as quais nos deparamos. Pois bem, valerá a pena que um Estado, que disponha

de tais baluartes de uma imprensa perfeita, converta esses homens em *guardiões* de uma imprensa defeituosa, convertendo o perfeito em instrumento do imperfeito?”<sup>7</sup>

Nesses termos a imprensa alemã está inteiramente entregue à personalidade do censor; este é sua única referência. O censor, definido por Marx como o encarregado da administração do espírito, está dotado de todos os poderes: acusa, opina e julga. Todos os poderes se fundem numa mesma pessoa. A figura do censor não é a manifestação de um defeito particular ou isolado, mas o defeito fundamental de todas as instituições do Estado prussiano: os funcionários incorporam e fundem todos os poderes em si e com seu arbítrio se colocam acima das leis. Nisto está a radicalidade da crítica. A censura é apenas um dos aspectos de uma problemática maior, a coerção estatal: “a essência da censura descansa em geral sobre a arrogante confiança que um estado policial confere a seus funcionários. Ao entendimento e à boa vontade do público nada se concede; ao contrário, tratando-se de funcionários públicos, se admite até a possibilidade do impossível”<sup>8</sup>

Para além de todas as arbitrariedades e contradições que a institucionalização da censura expressa, esta ainda encarna um limite que nenhum governo pode remediar e que a leva a um resultado inverso ao dos propósitos do governo. São justamente os escritos censurados que mais despertam o interesse e a curiosidade do povo. Além do mais os escritos que conseguem escapar da mesma se tornam um acontecimento de repercussão, uma espécie de mártir, e todo mártir tem seus devotos. O interesse que o público manifesta por um artigo censurado deve-se ao valor atribuído à liberdade; se a liberdade é um valor humano, o é muito mais enquanto exceção em meio à geral ausência de liberdade.

A crítica da censura, portanto, tem sentido quando articulada à crítica geral da estrutura burocrática do Estado Prussiano. A imprensa conservadora, a oficial ou semi-oficial, como Marx a define, discute os assuntos sempre na

perspectiva do ponto de vista do governo, logo não é censurada. A imprensa censurada é a popular, precisamente porque tem como princípio expressar publicamente a diversidade de pontos de vistas. Marx, ao defender a liberdade de imprensa, defende justamente a imprensa popular como lugar de sua efetivação.

Em 28 de dezembro de 1842, a censura da Saxônia proíbe a circulação da *Gazeta Geral de Leipzig*, no Estado prussiano. Este fato convence Marx, em definitivo, de que a imprensa alemã não pode ser otimista em relação ao futuro.

Em artigo sobre o episódio (A Proibição da *Gazeta Geral de Leipzig* no Estado Prussiano), Marx aponta uma nova tendência dos governos conservadores da Alemanha: trata-se do ataque ao caráter popular da imprensa. A *Gazeta Geral de Leipzig* é parte da emergente imprensa popular alemã. Popular porque expressa o espírito popular, mostra o “pensar e sentir diário de um povo que realmente pensa como povo”<sup>9</sup>

Aqui Marx fala da imprensa popular em particular. A crítica à censura encontra, portanto, um substrato concreto, que é o pensamento popular, normalmente excluído da consideração literária. A imprensa popular desce ao coração do povo, e, da riqueza da sua existência faz a riqueza da sua atividade, traça seu percurso no amadurecimento político. Imprensa popular porque vive no povo, percebe e expressa seus temores e suas esperanças, seus amores e seus ódios, suas alegrias e dores. Ao proclamar em alta voz o que percebe, age de forma apaixonada, com ânimo vivo e emoções fortes.

As razões que o governo apresenta para fechar o diário, como a de levantar falsos rumores, de interpretar e não apresentar fatos, de tomar posição de forma categórica e apaixonada, são para Marx, meros pretextos para censurar o espírito popular no curso de seu amadurecimento; é no combate crítico e cotidiano da imprensa que o espírito do povo alcança maturidade: “Ali onde a imprensa é *jovem* tem de ser jovem o espírito do povo e é evidente que o pensamento político *diário* e franco, de um espírito de povo que acaba apenas de despertar, tem que



ser, necessariamente, mais informe e imaturo do que aquele que se engrandeceu e se fez forte e seguro de si nas lutas políticas”<sup>10</sup>

O que merece destaque é exatamente a unidade que o Marx da *Gazeta Renana* estabelece entre imprensa e espírito popular, pois o povo não se preocupa tanto com a exatidão de certos dados; quando seu sentido político apenas está despertando, o que mais lhe interessa é a alma moral que anima e se manifesta em seus órgãos de comunicação. O importante é que pela imprensa o espírito popular encontre o espaço natural de seu desenvolvimento, a sua verdade. Ao refletir a vida cotidiana do povo, a imprensa confere significado político ao espírito popular: “O povo vê isto, vê sua própria essência refletida na essência da imprensa, e se não a visse, acreditaria estar diante de algo *insignificante*, não se entusiasmaria diante desta, pois um povo não se deixa enganar facilmente”<sup>11</sup>

Se, por um lado, a censura fere o espírito político do povo, por outro lado o reconhece. Na reação do governo Marx identifica a confissão do reconhecimento, porque só uma existência real desperta a reação de outra força real. Assim, ao combater a imprensa popular o governo a reconhece como existência do espírito popular.

Reconhecer a imprensa popular implica em compreendê-la como um fluxo heterogêneo do espírito. Se a imprensa oficial expressa a homogeneidade do ponto de vista do governo, a popular expressa a diversidade do espírito do povo. Diversidade formada por fatos e pensamentos políticos, que dão tonalidade a cada um de seus periódicos: “E se em uns, por exemplo, brilha a ciência política, em outros se põe de relevo a prática política; se em uns se afirma e prevalece o *novo* pensamento, em outros se abre lugar para os *novos* fatos”<sup>12</sup>

Apenas o pensamento livre e independente permite à imprensa agrupar todas as verdadeiras facetas do espírito do povo, presentificando em cada periódico o verdadeiro espírito moral. Este só poderá traçar seu destino, florescer a partir de suas leis internas, quando nenhum destino e nenhuma lei lhe for imposta.

Há uma diferença fundamental entre a imprensa conservadora e a popular. A primeira manipula os fatos, deforma o espírito público e mostra uma realidade criada pelo ponto de vista oficial, não tendo qualquer compromisso com a verdade. Já a segunda tem como característica expressar a realidade como ela é em sua veracidade, representar e não deformar a opinião pública. Mantém sua atenção voltada aos fatos de cada dia e, com atenção febril e dramática, os converte em questões da pátria, ou seja, os eleva ao espírito público, o que pode provocar a alteração dos ânimos: “Não importa que com isso provoquem o descontentamento e a inquietude, desde que sejam descontentamento e inquietude *alemãs*”<sup>13</sup>

Marx destaca duas questões básicas com as quais a imprensa popular se ocupa: a *Gazeta Geral de Leipzig* é um órgão da imprensa popular que atende o interesse pelos fatos políticos, ao passo que a *Gazeta Renana* satisfaz o interesse pelo pensamento político. Temos, aqui, uma definição da *Gazeta Renana*: é parte da imprensa popular, que faz do pensamento político sua preocupação central. Não se trata de separar fatos e pensamentos políticos, senão de mostrar qual a tendência que predomina em cada órgão da imprensa popular. A *Gazeta Geral de Leipzig* “tem satisfeito preferencialmente o interesse pelos *fatos políticos*, enquanto que nós temos tratado preferencialmente de satisfazer o interesse pelo *pensamento político* e, quase não é necessário dizer, que nem os fatos excluem o pensamento, nem o pensamento descarta os fatos, mas aqui se trata do caráter *predominante*, da *característica* diferenciadora”<sup>14</sup>

No artigo denominado, *Justificação do Correspondente de Mosella*, (Publicado entre 15 e 20 de janeiro de 1843) Marx reafirma sua convicção no papel da imprensa popular, pois seu compromisso ético e político é o de expressar as necessidades populares. Quem escuta diretamente, e com frequência, a voz indelicada da necessidade, perde facilmente o tato estético e busca, inclusive, como obrigação maior, tornar pública a voz e a palavra do povo.

Ao debater a realidade econômica e social da Região da Mosella, Marx confere um novo conceito à imprensa livre e popular e lhe atribui uma nova tarefa. Ela é um organismo universal que tem caráter político e social próprios, pois faz a síntese ou concilia os conflitos entre interesse público e privado. A imprensa é um organismo político, não burocrático, civil mas não meramente privado, e tem como função mediar a relação entre administração e administrados. Ela é, portanto, o lugar necessário para a resolução do conflito entre o governo e o povo: “A administração e os administrados carecem igualmente de um *terceiro* elemento para resolver as dificuldades; este *terceiro* elemento é político mas não é oficial, isto é, não deriva das premissas burocráticas. Pertence igualmente à *sociedade civil* sem estar imediatamente envolvido nos interesses privados e suas necessidades. *Este elemento complementar, com cabeça de cidadão do estado e coração burguês, é a imprensa livre*”<sup>15</sup>

Percebe-se que a liberdade de imprensa é defendida como um pressuposto da liberdade política. Assim, se os órgãos públicos da Alemanha não estão à altura para realizar a igualdade política dos cidadãos, essa igualdade passa a ser buscada pela livre imprensa; por ela os administrados e os administradores do Estado podem criticar, em condições de igualdade, seus fundamentos e suas reivindicações. A imprensa é o órgão pelo qual são eliminadas as relações políticas hierárquicas e são estabelecidas relações de igualdade entre os cidadãos do Estado. Conseqüentemente é um atributo da imprensa livre instaurar relações cidadãs entre o governo e o povo; relações que se estabelecem como forças intelectuais, sustentadas por fundamentos racionais.

A linguagem da imprensa popular é tanto a sábia linguagem do juízo quanto a apaixonada linguagem da situação. A livre imprensa carrega a penúria do povo na sua figura íntegra, sem mediação burocrática, até aos degraus do poder, para serem estabelecidas relações de cidadãos do Estado. Da relação de igualdade e liberdade entre cidadãos do Estado, Marx deduz a necessidade da imprensa livre

A imprensa livre ou popular não apenas expressa a realidade do povo, mas tem igualmente compromisso com a formação da opinião pública. Essa função também encontra respaldo na realidade concreta da Região da Mosella; cabe à imprensa despertar a atenção geral para os problemas que a região enfrenta. Elevar a crise local ao conhecimento geral não só é uma exigência da formação da consciência, mas é o próprio meio para sensibilizar a opinião pública e, assim, amenizar o sofrimento das pessoas diretamente afetadas pela situação. A força da livre imprensa reside na sua capacidade de criar a solidariedade humana, à medida que consegue elevar o indivíduo de sua situação de penúria particular para objeto de preocupação geral: “A livre imprensa, assim como é produto da opinião pública, também a produz e sozinha transforma um interesse particular em interesse geral; transforma, sozinha, a situação de *penúria* da região de Mosella em objeto de atenção e de simpatia geral da pátria. Assim, já ameniza a situação de penúria, pelo fato de repartir a sensação de penúria entre todos”<sup>16</sup>

Promulgadas as *Novas Instruções* acerca da censura, a maioria dos órgãos de imprensa seguem as prescrições oficiais, o que, segundo Marx, equivale à perda da autonomia e da liberdade. Tornar-se órgão semi-oficial do Estado Prussiano significa perder a capacidade de exercer de forma livre e crítica sua atividade e de traçar o próprio caminho teórico.

De forma geral a imprensa alemã está aquém da autoconsciência. Marx a define como infantil. Tal qual uma criança, faz do objeto assim como se manifesta à percepção sensível, a sua verdade. Os defensores da censura, adversários da liberdade de imprensa, a tratam com a superioridade da conexão real que com ela mantêm; os defensores da liberdade de imprensa, por nunca tê-la conhecido, sequer a sentem como necessidade: “encontramos nestes adversários *um afeto patológico*, uma apaixonada presunção, que lhes confere uma posição *real*, não imaginária, referente à imprensa. Já os *defensores* nesta dieta, no geral, não mantêm *nenhuma* relação real com a sua protegida. Eles nunca chegaram a conhecer a liberdade de imprensa como uma necessidade. Esta é, para eles, uma

coisa da cabeça, na qual o coração não toma parte; é para eles uma planta exótica, com a qual estão em conexão através de uma simples afeição”<sup>17</sup>

Ao analisar os debates da VI Dieta Renana, Marx percebe que o estamento dos príncipes é o que mais resiste à liberdade de imprensa; resistência que atribui a concepção principesca geral, que faz da servidão e não da liberdade a maior qualidade humana. No caso da imprensa, o estamento dos príncipes parte da sua existência não livre e dela extrai sua essência: “Sua acorrentada existência testemunha sua essência. As leis contra a liberdade de imprensa refutam a liberdade de imprensa”<sup>18</sup>

Entende Marx que a imprensa é essencialmente livre por ter existência espiritual, sendo a liberdade a essência genérica de toda existência de tal natureza. A imprensa, apesar da sua existência acorrentada, pode produzir frutos eventuais, mas isto não significa que resultem da censura. Marx, nessa argumentação, lança mão de uma analogia: Mirabeau, o maior orador da Revolução Francesa, formou-se na prisão, mas isso, evidentemente, não significa que as prisões sejam as escolas superiores da eloquência.

A defesa da liberdade de imprensa não está desarticulada da defesa geral da livre manifestação e realização das atividades humanas, pois se trata de uma figura da liberdade em geral, ou, o que dá no mesmo, a idéia da liberdade em geral encontra na idéia da liberdade de imprensa em particular uma de suas figuras. Portanto, a idéia de liberdade é a medida da liberdade real: “Do ponto de vista da idéia, entende-se por si mesmo que a liberdade de imprensa tem bem outra justificação do que a censura, sendo ela mesma uma figura da idéia, da liberdade, um bem positivo, enquanto a censura é uma figura da não-liberdade, a polémica de uma concepção da aparência contra uma concepção da essência, uma natureza apenas negativa”<sup>19</sup>

A imprensa participa pois da liberdade humana. Vale dizer, portanto, que onde há imprensa, há liberdade. A censura não elimina a liberdade de imprensa, apenas elimina seu caráter universal, mostrando assim, que o espírito pode ser

monopolizado, convertido em privilégio particular. Diante da censura, que é um ato contra o espírito, pois transforma um direito universal em privilégio particular, Marx toma a defesa do direito à manifestação democrática e livre do espírito de todos os homens: “Não se pergunta se a liberdade de imprensa deve existir, pois existe sempre. Pergunta-se se a liberdade de imprensa deve ser o privilégio de alguns ou do próprio espírito humano. Pergunta-se se deve ser injustiça para uns o que é direito para outros. Pergunta-se se a ‘liberdade de espírito’ tem direito maior do que a ‘liberdade contra o espírito’”<sup>20</sup>

Se a liberdade de imprensa é recusada enquanto realização da liberdade universal, também a censura, enquanto realização da liberdade particular, deve ser recusada: “Como pode a *espécie* ser boa se o *gênero* é ruim?”<sup>21</sup>

Um dos grandes propósitos dos vários artigos em que Marx defende a liberdade de imprensa é, por um lado, combater a criação de uma lei de censura e, por outro, lutar pela elaboração de uma lei de imprensa, ou seja, evitar a institucionalização da censura em benefício da institucionalização da liberdade de imprensa. A lei de imprensa, segundo Marx, garante racionalmente a liberdade de imprensa, na medida em que a eleva à positividade do direito. Como direito legal a liberdade é reconhecida como o estado normal da imprensa. Mas, há oposição de princípio entre lei de imprensa e lei de censura, pois uma lei de imprensa pode até punir, mas apenas as ações que contradizem a liberdade, ao passo que a censura pune toda e qualquer ação da imprensa: “Na lei de imprensa, a liberdade pune. Na lei de censura, a liberdade é punida. A lei de censura é uma lei de suspeita contra a liberdade. A lei de imprensa é um voto de confiança que a liberdade confere a si mesma. A lei de imprensa pune o abuso da liberdade. A lei de censura pune a liberdade como um abuso. (...) A lei da censura apenas tem a *forma* de uma lei. A lei de imprensa é uma lei *efetiva*. A lei de imprensa é uma *lei efetiva* porque é a existência positiva da liberdade. Considera a liberdade como estado *normal* da imprensa, e a imprensa como uma existência da liberdade, que só entra em conflito com os erros de imprensa como uma exceções que combate sua própria regra e depois se elimina. A liberdade de imprensa triunfa como lei de imprensa

contra os atentados a si mesma, isto é, contra os delitos da imprensa. A lei de imprensa declara a liberdade como a natureza do delinqüente. O que ele fez contra a liberdade fez contra si mesmo, e esta auto-lesão lhe aparece como um *castigo*, que é para ele o reconhecimento da própria liberdade”<sup>22</sup>

A lei de imprensa não é repressiva, é antes um meio para impedir, a partir da aplicação da pena, a repetição dos delitos. Excluir a imprensa da legislação significa excluí-la da esfera da liberdade legal, porque “a liberdade legalmente reconhecida existe no Estado como *lei*”<sup>23</sup>. De modo que a lei de imprensa é o reconhecimento legal da liberdade de imprensa e deve existir mesmo se não for aplicada, enquanto a lei de censura não pode adquirir caráter legítimo ainda que exista formalmente como lei, visto que carece de regras racionais. Regras racionais se orientam a partir da natureza do objeto que regulam, e esta, no caso da imprensa, é a liberdade.

Marx, de fato, acredita no poder e no valor da liberdade de imprensa, que trata como legítimo demiurgo da sociedade, como força redentora do espírito de um povo. A imprensa livre é definida por Marx como o mundo das idéias que surge do mundo real, ou seja, o mundo das lutas do espírito que idealiza o mundo material. Mundo ideal e mundo material que não são independentes e autônomos, mas dois momentos de uma unidade. Entre mundo material e mundo do espírito, a imprensa, há interação: “A livre imprensa é o olho do espírito popular aberto a tudo, a confiança personificada de um povo em si mesmo, o laço falante que liga o indivíduo ao Estado e ao mundo, a cultura incorporada que transforma as lutas materiais em lutas espirituais, e idealiza sua tosca figura material. É a brutal confissão de um povo diante de si mesmo, e, reconhecidamente, a confissão tem força redentora. Ela é o espelho espiritual no qual um povo vê a si mesmo, e a auto-contemplação é a primeira condição da sabedoria. Ela é o espírito do Estado, que se deixa divulgar em cada choupana, mais barato que o gás material. Ela é universal, onipresente e onisciente. Ela é o mundo ideal que flui do mundo real; é espírito sempre mais rico que em seu retorno o reanima”<sup>24</sup>.

A diferença entre uma lei de imprensa e uma lei de censura não é de natureza formal, mas ética e jurídica. É a diferença entre a voz do povo e a voz do governo, ou seja, entre a razão universal e a razão particular. É a diferença entre um juiz e um censor. Se pela censura a natureza da imprensa é deformada, pelo censor a natureza do juiz é distorcida. Assim como o juiz é parte da própria liberdade de imprensa, o censor é parte da própria censura. A atividade do censor não tem nenhuma possibilidade de alcançar legitimidade, visto que não consegue partir dos princípios universais e racionais do direito: “O censor não tem lei como seu superior. O juiz não tem outro superior a não ser a lei. Mas o juiz tem o dever de interpretar a lei para a aplicação ao caso singular, tal como a *entende* a partir de um exame consciencioso. O censor tem o dever de entender a lei como ela lhe é *interpretada oficialmente*, para cada caso singular. O juiz independente não pertence a mim nem ao governo. Para o juiz, o que no máximo o prejudica é a pouca confiança de uma razão singular; para o censor, a pouca confiança de um caráter singular. Ao juiz é submetido um *determinado* delito da imprensa; ao censor é subordinado o espírito da própria imprensa. O juiz avalia minha atividade conforme *determinada lei*; o censor não apenas castiga os delitos mas também os *comete*. Se sou conduzido à justiça, é porque me acusam da transgressão de uma lei existente, mas onde uma lei foi violada ela deve ter existido. Onde não existe uma lei de imprensa, nenhuma lei de imprensa pode ser violada. A censura não me acusa da violação de uma lei existente. Ela condena a minha opinião, porque não é a opinião do censor e de seus superiores. A minha ação pública, que quer abandonar-se ao mundo e ao seu juízo, ao Estado e às suas leis, é julgada por um poder oculto e só negativo, que não sabe constituir-se como lei, que espanta a luz do dia, que não está ligado a nenhum princípio universal”<sup>25</sup>.

Se, em geral, Marx defende a liberdade de imprensa com base no conceito de liberdade, não deixa, no entanto, de propor outra referência àqueles que a hostilizam. Ou seja, o fato de combater os defensores da censura com base na essência ideal da imprensa, não significa que Marx desconsidere a factuidade histórica da liberdade de imprensa: “Mas se quereis julgar a liberdade de imprensa, não segundo sua idéia, mas segundo sua existência histórica, por que não a



procurais lá onde existe historicamente? (...) encontrais o fenômeno natural da liberdade de imprensa na *América do Norte*, em sua forma mais pura e em sua medida mais natural”<sup>26</sup>.

Dos debates da VI Dieta Renana, Marx destaca também a postura do orador do estamento dos camponeses, que defende a liberdade de imprensa em nome da liberdade industrial. Ilustrar a liberdade de imprensa com uma figura familiar já é um avanço. Se a imprensa é um ofício, ofício do “intelecto”, cabe-lhe uma liberdade maior do que aos ofícios dos braços e das pernas. Marx destaca esse ponto de vista precisamente porque a liberdade é posta sobre o sólido firmamento da realidade, no que se diferencia das posições comuns que a situam no firmamento da ilusão: “Assim, não é nenhum delito se o alemão toma para ele a desconhecida deusa da liberdade de imprensa como uma das suas deusas familiares e depois a chama de liberdade de ofício”<sup>27</sup>.

Todavia, para realmente defender a liberdade de imprensa, é preciso compreendê-la a partir de sua natureza. A imprensa não é um ofício igual ao conjunto de ocupações exercidas manualmente pelo homem. É ofício do intelecto e do espírito; é o modo mais universal de os indivíduos se comunicarem sobre sua existência espiritual. A imprensa é um meio universal de ligação, que permite aos espíritos individuais expressarem seu estilo. Fazer da imprensa um ofício equivale a degradá-la. Também a função do escritor não é uma simples atividade profissional; trata-se muito mais de um compromisso com o desenvolvimento do espírito de um povo. O escritor deve ganhar para viver, mas não deve viver para ganhar. Converter a imprensa em negócio particular significa degradar a sua natureza. Afirma Marx que, se fosse necessário, o escritor sacrificaria sua existência à existência de seus trabalhos. O escritor não considera seus trabalhos como um meio, mas como um fim em si mesmo: “A *primeira liberdade de imprensa consiste em não ser um ofício*. Ao escritor que a degrada a meio material, cabe como punição desta ausência de liberdade interior, a ausência de liberdade exterior, isto é, a censura; ou, melhor, sua própria existência é sua pena”<sup>28</sup>.

Se a imprensa existe como ofício, ela o é do tipógrafo ou do livreiro, não do escritor. Marx quer assegurar que o escritor possa expressar livremente seus pontos de vista, sem que sejam motivados por fatores externos ao espírito, como o ganho material ou a bajulação política.

Como a imprensa, para o Marx da época, é o modo de existência do espírito de um povo, fica assegurada às individualidades a comunicação entre si com base na inteligência, dispensando as limitações ou normas externas ao espírito. Impedir um indivíduo de se comunicar com outro é impedir alguém de ser para outro e para si. Na ausência da liberdade de imprensa, todas as demais formas de liberdade se tornam uma ilusão, porque, se o espírito está “acorrentado”, as diversas atividades humanas, todas igualmente imbricadas pela atividade do espírito, perdem seu livre caráter humano.

De debate da VI Dieta Renana sobre a Liberdade de Imprensa, Marx se vale de algumas considerações do relator. A posição do relator, considerada por Marx digna, varonil e firme, afirma o caráter dinâmico das leis, que se movem pelos interesses e necessidades humanas: “Toda vez que o irresistível progresso do tempo desenvolve um novo e importante interesse ou procura uma nova carência, para as quais a legislação existente não contém normas adequadas, novas leis devem regular este novo estado da sociedade. É o caso que cabe perfeitamente aqui” (MARX, LI, 46).

A proposição do relator contempla o verdadeiro espírito da questão, identificado precisamente à razão da história que se desenvolve, motivada por interesses e carências concretas, que exigem que a esfera das leis acompanhe o progresso histórico, “a verdadeira concepção histórica contra todas aquelas fantasias que sufocam a racionalidade da história, para depois tributar aos ossos desta o culto das relíquias da história” (MARX, LI, 46). A tendência de Marx em se aproximar das situações concretas, o faz destacar e reconhecer as posturas isoladas na VI Dieta Renana que tendem à mesma direção.

Como já referido, também no estamento camponês Marx encontra compreensão para a problemática da imprensa. Assim, um camponês, com “seu mal humorado mas acertado discurso”, acompanhou o relator na defesa da liberdade do espírito humano, tanto para se guiar por suas próprias leis quanto para comunicar seus resultados: *“Faz-se voltas em torno da presente questão como os gatos fazem voltas em torno da papa quente. O espírito humano deve poder desenvolver-se livremente, segundo suas leis inatas, e comunicar os resultados conquistados, para que não se forme, de um límpido e vivificante rio, uma pestilenta lama. Se um povo se presta à liberdade de imprensa, este é o tranqüilo e calmo povo alemão que, com mais necessidade, precisa um incitamento contra a sua fleuma do que a camisa de força da censura”* (MARX, LI, 46).

A tese de que o desenvolvimento do espírito alemão está sendo prejudicado pela censura encontra agora um novo parâmetro de discussão. É a relação entre a imprensa e os processos revolucionários ocorridos em diversos países europeus. Lugar privilegiado do espírito, a imprensa não fica imune aos processos revolucionários, o que merece duras críticas na Dieta. O orador dos príncipes considera que a Inglaterra não pode ser tomada como referência para a liberdade de imprensa, porque nesse país, por vários séculos, formaram-se relações específicas, inexistentes em qualquer outro. A Holanda também não seria um exemplo, porque nela a liberdade de imprensa, além de não ter evitado o endividamento nacional, teria até levado à revolução e à conseqüente perda da metade do país. A liberdade de imprensa na Suíça é igualmente rejeitada por sua vulgaridade. Ao defender a censura, segundo Marx, o orador não consegue evitar argumentos completamente contraditórias: “Num caso, todos os méritos da imprensa são atribuídos aos fundamentos históricos, e, no outro, todos os defeitos dos fundamentos históricos são atribuídos à imprensa” (MARX, LI, 10).

Buscando desenvolver o tema, Marx sustenta que a imprensa, se por um lado não pode ser excluída do desenvolvimento histórico de um país, por outro também não pode ser considerada a única força na construção da história. A

história e a imprensa se entrelaçam. Da mesma forma que a imprensa faz parte da perfeição histórica de um país, a história faz parte dos defeitos da imprensa. A tarefa da imprensa consiste em espelhar, transformar e desenvolver os fundamentos históricos de um país.

Não cabe repreender a imprensa pela sua participação histórica, mas antes, é preciso compreendê-la em sua verdadeira dimensão e força: "a imprensa holandesa não podia impedir que a marinha inglesa, sob *Cromwell*, saltasse ao primeiro plano na Europa; ela não podia criar, por magia, um oceano que redimisse a Holanda do penoso papel de ser o palco da potência beligerante continental; ela não pôde, tampouco quanto todas as censuras da Alemanha, anular os decretos napoleônicos" (MARX, LI, 11).

De modo que a imprensa não dispõe de poder para que um homem ou uma nação se tornem perfeitos. Ela é apenas um bem determinado e não o bem por inteiro. Se sua liberdade fosse uma panacéia universal, o próprio povo, bem como suas diversas funções, se tornariam supérfluos. A imprensa holandesa não pode ser repreendida por ter contribuído para a revolução belga, visto que a separação entre Bélgica e Holanda era muito mais histórica do que a sua união. Mas, afirma Marx, não foi qualquer tipo de imprensa, senão a democrática que revolucionou a Holanda; já na França a imprensa revolucionária foi a absolutista: "Ambas colaboraram com a derrota de seu governo. Na França, não foi a liberdade de imprensa, mas a censura que revolucionou" (MARX, LI, 11).

De sorte que a participação da imprensa na revolução de um país não é algo estranho, mas é parte de sua função; só que a maneira de participar é sempre conforme à sua natureza, ou seja, é uma participação espiritual: "a *Revolução Belga* apareceu primeiro como revolução espiritual, como revolução da imprensa. No mais, a afirmação de que a imprensa belga fez a revolução não tem sentido. É isso censurável? A revolução deve se manifestar logo *materialmente*? O governo pode materializar uma revolução espiritual, mas uma revolução material precisa primeiro espiritualizar o governo" (MARX, LI, 11).

A relação que o Marx da *Gazeta Renana* estabelece entre imprensa e história é a mesma que estabelece entre espírito e mundo. Como a revolução é um produto do espírito, e é pela imprensa que o espírito se desenvolve livremente, ela tem participação efetiva na revolução: “A *Revolução Belga* é um produto do espírito belga. Por conseguinte, também a imprensa, a maneira mais livre pela qual hoje em dia o espírito se manifesta, tem sua parte na *Revolução Belga*. A imprensa belga não seria a imprensa belga se se tivesse mantido distante da revolução, mas do mesmo modo a *Revolução Belga* não seria belga se não fosse ao mesmo tempo a revolução da imprensa. A revolução de um povo é total, isto é, cada esfera se revolta da sua maneira. Por que a imprensa então também não se revoltaria enquanto imprensa?” (MARX, LI, 12).

A força de que dispõe a imprensa, para dinamizar e promover o desenvolvimento da cultura e da educação de um povo, reside precisamente na capacidade de ir além da realidade material, para atuar sobre a esfera espiritual do povo: “O que, imediatamente, faz da imprensa a mais potente alavanca da cultura e da educação espiritual de um povo é que ela transforma a luta material em luta espiritual, a luta da carne e do sangue em luta espiritual, a luta da necessidade, da ambição, do empírico, em luta da teoria, do intelecto e da forma” (MARX, Os Suplementos dos números 335-336 da *Gazeta Geral de Ausburgo* sobre os Comitês por Estamentos na Prússia – SGGAC], in: *Opere* 1, 298).

O pensamento conservador teme a livre imprensa precisamente pelo seu caráter popular. O espírito popular adquire personalidade histórica própria, distinta do ponto de vista oficial e o imprime a sua imprensa: “esta é a voz mais indelicada, a mais franca figura do espírito de um povo” (MARX, LI, 13).

Está em jogo, portanto o espírito popular da Alemanha. No já referido artigo das *Novas Instruções* Marx fala do espírito sob duas dimensões: o espírito dos indivíduos e o espírito público, ambos igualmente submetidos à censura. O espírito do escritor é censurado, de modo que não pode expressar livremente seus pontos de vista na imprensa, e o espírito desta também é submetido, o que

impede o amadurecimento do espírito público. Um dos artigos das *Novas Instruções* prescreve o campo de atuação do escritor, orientando os censores para apenas tolerarem investigações sérias e modestas. No lugar de uma imprensa que tenha compromisso com a investigação da verdade o governo introduz, no conteúdo da investigação, elementos que derivam de circunstâncias externas e que, em absoluto, fazem parte da investigação racional. A investigação, forçada pelos critérios de “seriedade e de modéstia”, desvia a atenção da questão principal, que é a verdade, para se ater a aspectos secundários. O compromisso do espírito de imprensa é, portanto, com a verdade, não com as restrições exógenas da seriedade e modéstia. Marx questiona: “Por acaso não perderá de vista a verdade, uma investigação que dirige o olhar constantemente a um terceiro a quem a lei dota de uma injusta irritabilidade? Não é dever primordial do investigador da verdade lançar-se diretamente na busca desta, sem olhar à esquerda ou à direita? Não me esquecerei de dizer o que devo dizer quando sou obrigado a não esquecer que devo dizê-lo numa forma prescrita” (MARX, ONIAC, I5I).

Para Marx a verdade se assemelha à luz e essa não é modesta. Impor modéstia ao trabalho de investigação significa impor freios ao avanço da verdade, o que, certamente, só é exigido por quem a teme. A modéstia é uma espécie de temor que se impõe à verdade para que esta não chegue a nenhum resultado; é um mecanismo de prevenção contra a verdade. A verdade é de tal natureza que não é um bem que pertença ao indivíduo particular, mas, ao contrário, é o indivíduo que pertence à mesma. O indivíduo imprime sua forma e seu estilo à verdade, ou seja, é no espírito dos indivíduos que a verdade se realiza em estilos particulares. Logo, se o estilo ou a forma caracterizam a particularidade do espírito individual, diante da universalidade da verdade não tem sentido o governo prescrever um estilo único ao espírito investigador.

O fato de reconhecer na imprensa o lugar mais propício ao desenvolvimento do espírito da época não é, precisamente, um mérito da imprensa alemã; é muito mais uma decorrência da miséria dos demais espaços de manifestação do mesmo. São espaços bloqueados por barreiras que prejudicam o

movimento de amadurecimento do espírito. É o caso da burocracia intelectual oficial, da filosofia que deixou de ser a língua do pensamento, das instituições políticas que manifestam o espírito dos velhos tempos, dos jornais atrelados ao governo e dos professores universitários que, no seu conjunto, criam mecanismos pelos quais impõem barreiras entre o espírito e o povo, de maneira que o espírito não pode expressar-se livremente em sua diversidade e riqueza naturais.

Assim, permanece acesa a esperança de Marx na atividade cotidiana da imprensa. Mas nesta trava-se uma luta entre a liberdade do espírito e a liberdade contra o espírito, isto é, entre a livre imprensa e a censura. Como o espírito vive na imprensa, a liberdade de imprensa é também a liberdade do espírito, ao passo que a censura é a liberdade contra o espírito. A crítica à censura tem sua base na própria natureza da imprensa. Como a “liberdade é a essência genérica de toda existência espiritual” (MARX, LI, 26), é lógico que a imprensa só pode estar em conformidade com a sua natureza na medida em que for livre. Se nem os animais nascem com correntes, muito menos os seres espirituais.

Ao introduzir a oligarquia no espírito, a censura mata a sua manifestação popular. Isso porque a natureza do espírito não é uniforme, mas tem sua riqueza precisamente na diversidade de manifestações individuais. O espírito é alegre e luminoso igual ao sol. Alegria e luz que se espelham em infinitos objetos e sujeitos, em cuja riqueza e diversidade encontram a sua plena expressão. A verdade do espírito é a razão e esta, por sua liberdade e universalidade, não precisa de prescrições externas, porque sabe como se comportar diante de qualquer natureza: “Admirais a encantadora variedade e a riqueza inesgotável da natureza; não exigis que a rosa tenha o mesmo perfume que a violeta, mas quereis que o mais rico de tudo, que é o espírito, só exista de *um* modo. Sou um irônico, porém a lei ordena que eu escreva de um modo sério. Sou um ousado, mas a lei prescreve que meu estilo seja recatado. *Gris* sobre *gris*: eis aí a única cor lícita da liberdade. Cada gota de relva, em que se reflete o sol, brilha num jogo inesgotável de cores e quereis que o sol do espírito, ao refratar-se em incontáveis indivíduos e inumeráveis objetos, se manifeste numa só cor, na cor *oficial*! A forma essencial

do espírito é a *alegria* e a *luz* e quereis fazer da *sombra* seu modo adequado de expressar-se, quereis que só ande vestido de negro, como se houvesse uma só flor negra. A essência do espírito é a *verdade sempre igual a si mesma*, e em que tratais de converter sua essência? Na *modéstia*. Só o farrapo é modesto, disse Goethe(...). A modéstia geral do espírito é a razão, a liberdade universal que sabe comportar-se ante *qualquer natureza* em conformidade com seu *caráter essencial*' (MARX, ONIAC, I52).

É pela imprensa que o espírito de um povo consegue mostrar toda sua riqueza, visto que na imprensa o “olho do espírito popular” permanece aberto sobre tudo. Quando a imprensa é livre, ela é o próprio espelho do espírito de um povo, o lugar onde o povo vê a si mesmo, se contempla e esta auto-contemplação é “a primeira condição da sabedoria” (MARX, LI, 32). Desta maneira, pelo espírito manifesto na imprensa, o povo estabelece laços gerais de ligação. O espírito particular só se torna livre na sua ligação com o todo. Pela imprensa livre é superada a tentativa de fixar o espírito nos diversos estamentos e mantê-lo separado e estagnado em sua condição de isolamento, ou em sua condição de animalidade. O espírito não se impõe mecanicamente; ele apenas se desenvolve na medida em que possa seguir livremente seu percurso vital.

*As Novas Instruções do Governo Prussiano acerca da Censura* exigem da imprensa uma verdade “modesta e séria”. Trata-se, segundo Marx, de uma verdade abstrata e invertida, que transgride tanto o direito do objeto, quanto do sujeito. A verdade do governo é, por um lado, invertida, porque, ao invés de proceder da investigação, a precede; e, por outro lado, é uma verdade abstrata, porque perde o contato com a realidade; isto é, de uma parte, a verdade do governo não leva em conta que o mesmo objeto influencia o espírito de diferentes indivíduos e se reflete na diversidade de aspectos e na diversidade de caracteres espirituais; de outra, não considera a influência do objeto sobre a investigação. Assim, a verdade e a investigação permanecem separadas: “Todos os temas da atividade do escritor resumem-se no conceito geral de ‘verdade’. Ora bem, ainda que prescindindo do *subjetivo*, isto é, do fato de que o mesmo objeto se reflete de



modo distinto nos diferentes indivíduos e transfere seus diversos aspectos em outros tantos caracteres espirituais diferentes, o *caráter do objeto* não exerce nenhuma influência, absolutamente nenhuma, sobre a investigação? Da verdade não faz parte apenas o resultado, mas também o caminho. A investigação da verdade tem que ser por si mesma verdadeira, e a investigação verdadeira é a verdade desenvolvida, cujos elementos dispersos se agrupam e sintetizam no resultado” (MARX, ONIAC, 153).

O compromisso da imprensa é com a verdade e não com o ponto de vista oficial. Na busca da verdade o espírito não se deve deixar desviar por determinações externas ao próprio objeto em questão. É a existência das coisas a medida das idéias subjetivas. Não levar em consideração as diferenças inerentes às coisas conduz a um juízo unilateral e que deforma a realidade: “Devemos, pois, encontrar a medida da essência das nossas idéias interiores na existência das coisas, e não nos deixar transviar pela instância de uma experiência unilateral e trivial, dado que, acolhendo esta, toda experiência tomba, todo juízo é revogado, todos os gatos são pardos” (MARX, LI, 22). Ou a imprensa se conduz pelo ponto de vista do governo e o afirma como uma verdade a priori do espírito ou, então, ela se conduz com base nos próprios objetos da polêmica e, a partir destes, chega a uma verdade, que inclusive pode negar a verdade oficial.

O eixo básico da crítica de Marx ao procedimento autoritário do governo prussiano para com a imprensa está diretamente voltado à problemática política. O governo quer fazer de seu próprio entendimento razão de Estado. Apenas em circunstâncias especiais faz concessões a outros, mas estes, cientes de que não se trata de um direito, mas de um favor, se manifestam no estilo prescrito. Assim, o “gênero tedioso” é erigido como o gênero por excelência, o gênero da explicitação da verdade do Estado.

O trabalho de Marx ao tempo da *Gazeta Renana*, na medida que está articulado com o movimento intelectual dos jovens hegelianos, tem, certamente, como uma de suas preocupações básicas, o nível de envolvimento das atividades

teórico-políticas com a realidade alemã. Um quadro carregado de contradições que, segundo ele, por longo tempo existiu externamente, fora do mundo da atividade do espírito ou da cultura. Uma das críticas mais radicais que faz à cultura alemã é estar dissociada da realidade: o espírito do tempo não pode ser procurado, na Alemanha, nos jornais nem nos livros. Na Alemanha, afirma Marx, ainda se partilha da concepção de cultura típica da idade média, para a qual o tamanho dos tratados filosóficos era ponto da maior relevância. A filosofia alemã apresenta, como uma de suas características básicas, permanecer distante do mundo de seu tempo, ocupando-se, acima de tudo, da construção de sistemas ordenados de forma lógica, mas não conciliados com a sua época.

No *Editorial do Nº 179 da Gazeta da Colônia*, escrito em julho do mesmo ano, Marx –o artigo tece dura crítica à religião e à sua intromissão na vida política, conferindo à filosofia a tarefa de cuidar dos assuntos terrenos. No artigo é clara a posição de Marx em relação à oposição entre espírito religioso e espírito filosófico –mostra, a partir de considerações históricas, de que maneira a filosofia alemã desceu do mundo da contemplação para o mundo da imprensa. Antes de ir aos jornais a filosofia se opunha à imprensa; existia uma oposição entre os isolados sistemas filosóficos, distantes da realidade cotidiana, e a atividade da imprensa, preocupada em reagir e comunicar imediatamente os fatos cotidianos. A filosofia, na medida que vivia na contemplação e enquanto permanecia distante da prática cotidiana, se caracterizava como anti-popular; “A filosofia, sobretudo a filosofia alemã, tem uma inclinação pela solidão, ao isolar-se em sistemas, à apaixonada auto-contemplação, de forma que desde o início se contrapõe estranhamente ao caráter dos jornais, os quais reagem imediatamente aos últimos acontecimentos, e se satisfazem apenas na comunicação. A filosofia, entendida no seu desenvolvimento sistemático, é anti-popular; o seu tecer secreto, no próprio íntimo, aparece aos olhos profanos como um estérico esforço sem praticidade; ela se assemelha a um professor das artes mágicas, cujos exorcismos parecem solenes porque não se os entende” (MARX, Editorial, 11).

Porém, o fato de a filosofia ter permanecido fora da atividade cotidiana da imprensa não significa que tenha vivido fora do espírito do mundo. Segundo Marx, há um único espírito do mundo que anima tanto os sistemas filosóficos quanto as diversas atividades da industriabilidade humana. Os filósofos não estão fora do mundo, ao contrário, são frutos de seu tempo; para seus cérebros confluem as preciosidades e sutilezas espirituais de cada época. Os sistemas filosóficos pertencem ao mundo que é justamente o mundo da cabeça: “Conforme o seu caráter, a filosofia nunca deu o primeiro passo para trocar a sua ascética veste sacerdotal pela leve veste convencional dos jornais. Mas os filósofos não crescem da terra como os fungos, são frutos de seu tempo e de seu povo, cuja seiva mais sutil, invisível e preciosa flui nas idéias filosóficas. O mesmo espírito que com as mãos da indústria constrói as ferrovias, constrói nos cérebros dos filósofos os sistemas filosóficos. A filosofia não está fora do mundo, assim como o cérebro não está fora do homem por não se encontrar no estômago. Certamente, a filosofia encontra-se antes com o cérebro no mundo do que com os pés no chão, enquanto várias outras esferas humanas estão radicadas com os pés na terra e com as mãos colhem os frutos do mundo, bem antes de intuir que também a ‘cabeça’ pertence ao mundo ou que este mundo é o mundo da cabeça” (MARX, Editorial, 11-12).

Assim, a filosofia, por natureza, por ser a essência espiritual de um tempo, há de se conciliar com o mundo. Deixará de ser um confronto de sistemas, para se tornar a filosofia de seu tempo. A forma com que a filosofia é introduzida no mundo, segundo Marx, é a mesma em todos os tempos. Não é ela que dá os primeiros passos para descer ao mundo real, mas é pela “gritaria de seus inimigos” que a filosofia deixa sua postura sacra para se revelar cidadã do mundo. Torna-se cidadã ao entrar em contato e em ação recíproca com o mundo. A relação recíproca entre mundo e espírito filosófico faz com que o mundo se torne filosófico e a filosofia se torne mundana. Dá-se, assim, a conciliação entre filosofia e mundo: “Dado que toda verdadeira filosofia é a quintessência espiritual de sua época, deve vir o tempo em que esta entra em contato e em intercâmbio com o mundo real de seu tempo, não só interiormente pelo seu conteúdo, mas também

exteriormente, pelo modo de se manifestar. A filosofia cessa então de ser um sistema determinado, frente aos outros sistemas determinados, para tornar-se a filosofia geral frente ao mundo, a filosofia do mundo contemporâneo. As formalidades que constatam que a filosofia alcança tal significado, que a filosofia torna-se a alma viva da cultura, que a filosofia torna-se mundana e que o mundo torna-se filosófico, foram as mesmas em todos os tempos. Pode-se consultar qualquer livro histórico e se encontrará repetidos, com fidelidade estereotipada, todos os rituais mais elementares que sinalizam, de maneira inconfundível, a sua introdução nos salões e nas salas paroquiais, nas redações de jornais e nas antecâmaras da corte, no ódio e no amor dos contemporâneos. A filosofia é introduzida no mundo pela gritaria de seus inimigos, que delatam a infecção interna com selvagem invocação de ajuda contra o fogo aceso pela idéia. Essa gritaria de seus inimigos tem para a filosofia o mesmo significado que o primeiro grito de uma criança ao ouvido inquieto e atento da mãe; é o grito vital de suas idéias que, arrebatando o invólucro hieroglífico do sistema, se revelam cidadãos do mundo” (MARX, Editorial, 12).

Na Alemanha também foram os inimigos da filosofia que a introduziram no mundo; todos os jornais ressoaram com as filosofias de Hegel, Schelling, Feuerbach e Bauer: “Finalmente o público ficou curioso para conhecer o Leviatã em pessoa, e tanto mais curioso ficou quanto mais uns artigos semi-oficiais, do alto da sua chancelaria, ameaçavam voltar a prescrever à filosofia o seu esquema legítimo. Foi precisamente este o momento em que a filosofia entrou nos jornais. A filosofia, por longo tempo, não respondeu à efatuada superficialidade, que em poucas rançosas frases jornalísticas se gabava de esfumar, como bolhas de sabão os fastidiosos estudos dos gênios, os frutos fatigantes de uma solidão plena de sacrifício, os resultados das invisíveis, mas extenuadas lutas da contemplação. A filosofia havia, inclusive, *protestado contra os jornais*, considerando-os um terreno inadequado por si, mas por fim teve que romper o próprio silêncio e tornar-se correspondente de jornal” (MARX, Editorial, 13).

Depois de introduzida no mundo, a filosofia se tornou ativa, alcançando o espírito da imprensa, por intermédio do qual pôde iluminar o público; agora a imprensa conservadora considera que a filosofia não é assunto adequado para jornais. Ou seja, quando a própria filosofia penetra nos jornais e começa a falar por si mesma, a imprensa religiosa ou os “capuchinhos anti-filosóficos” -como Marx os define- com seus sermões, a querem excluir do espaço da imprensa. Para Marx, a filosofia, por sua própria natureza, dispõe de melhores condições do que a religião para falar sobre assuntos filosóficos e religiosos. O direito à imprensa, por parte do discurso filosófico, se dá pela relação que este possui com o juízo e a ética do público, que busca a verdade e o conhecimento como um valor em si: “mas a filosofia fala diversamente sobre objetos filosóficos e religiosos do que vós tendes falado. Vós falais sem estudo, e ela fala com estudo. Vós vos voltais à paixão, e ela volta-se à razão. Vós amaldiçoais, e ela ensina. Vós exigis a fé nos vossos resultados, ela não exige fé nos seus, mas que se examine a dúvida. Vós assustais, e ela acalma. E, em verdade, a filosofia é atilada o suficiente para saber que os seus resultados não lisonjeiam nem a sensualidade nem o egoísmo do mundo celeste ou do mundo terreno; o público, porém, que ama a verdade e o conhecimento por si mesmos, sabe indubitavelmente contrastar sua capacidade de julgamento e sua moral com o discernimento e a ética de escribas a soldo, ignorantes, servis e inconseqüentes” (MARX, Editorial, 13 -14).

Vimos assim que, depois do espírito popular, também o espírito filosófico, para conciliar-se com o mundo, precisa da imprensa livre. Como o espírito não se desenvolve mecanicamente, seu movimento se dá à luz do debate crítico e cotidiano da imprensa, onde a diversidade de suas formas de manifestação forjam o próprio percurso de seu amadurecimento, rumo a encarnação nas instituições políticas, e a realização da liberdade e da racionalidades universais do homem. Mas esta não é a pretensão do presente artigo, motivo pelo qual não centramos nossa atenção sobre o mesmo.

## **BIBLIOGRAFIA**

MARX, Karl. Artigos da Gazeta Renana. **Werke**: Band 1. Berlin : Dietz Verlag, 1964

Debates sobre a Liberdade de Imprensa e a Publicação das Discussões da Dieta.

Observações sobre a Recente Instrução Prussiana Acerca da Censura.

A Proibição da Gazeta Geral de Leipzig

Justificação do Correspondente de Mosella

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Artigos da Gazeta Renana. **Opere I**: Karl Marx 1835-1843. Roma : Riuniti, 1980.

Os Suplementos dos números 335-336 da Gazeta Geral de Ausburgo sobre os Comitês por Estamentos na Prússia

MARX, Carlos; ENGELS, Federico. **Obras Fundamentais**. Marx, Escritos de Juventud. Tradução de Wenceslao Roces. México : Fondo de Cultura Económica, 1987.

BERMUDO, José Manuel. **El Cconcepto De Praxis En El Joven Marx**. Barcelona : Península, 1975.

CALVEZ, Jean-Yves. **O Pensamento de Karl Marx**. Porto : Tavares Martins, 1959.

CHASIN, J. Marx - Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. In: **Pensando com Marx**. São Paulo : Ensaio, 1995. p.335-537.

\_\_\_\_\_ Marx no Tempo da Nova Gazeta Renana. In, Karl Marx - A Burguesia e a Contra-Revolução. São Paulo : Ensaio, 1987. p.11-32.

\_\_\_\_\_ Democracia Política e Emancipação Humana. In, **Ensaio 13**. São Paulo : Ensaio, 1984.p.47-55.

\_\_\_\_\_ A Sucessão na Crise e Crise na Esquerda. In, **Ensaio 17/18**. São Paulo : 1990. p.01-121.

CORNU, Auguste. **Carlos Marx - Federico Engels: Del Idealismo al Materialismo Histórico.** Buenos Aires: Editorial Platina y Editorial Stilcofrag, 1965.

LELLAN, Mc David. **Marx y los Jóvenes Hegelianos.** Barcelona : Martinez Roca, 1971.

ROSSI, Mário. **La Génesis del Materialismo histórico II: El Joven Marx.** Madrid : Alberto Corazón. Comunicacion, 1971.

#### NOTAS

\* Parte Modificada da Dissertação de Mestrado intitulada “Estado Racional – Lineamentos do Pensamento de Karl Marx nos artigos de *A Gazeta Renana* (1842-1843)” defendida em 1998 junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMG

\*\* Professor de Filosofia da UNIJUÍ

1. *A Gazeta Renana para a Política, o Comércio e a Indústria*, iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1842. Foi a sucessora direta da *Gazeta Geral da Renânia*, fundada em 1840 por membros da burguesia liberal, insatisfeitos com a *Gazeta de Colônia* que, segundo eles, não atendia adequadamente a seus interesses econômicos e sociais. A forte concorrência da *Gazeta de Colônia* dificultou a consolidação da *Gazeta Geral da Renânia*, que foi levada a suspender suas atividades em 8 de dezembro de 1841. Esta foi adquirida por um grupo de empresários de Colônia, que se articulavam em torno de G.Jung e Moses Hess, fundando, assim, a *Gazeta Renana*, que foi editada até 1º de abril de 1843.

2. MARX. *Para a Crítica da Economia Política*, 128. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Os Pensadores.

3. MARX, Debates sobre a Liberdade de Imprensa e a Publicação das Discussões na Dieta - LI, 8 - 9.

4. O artigo foi escrito entre 15 de janeiro e 10 de fevereiro de 1842, mas só publicado em fevereiro de 1843, na Suíça, no primeiro volume da “Anecdota sobre a Nova Filosofia e Publicística Alemãs”, de Ruge.

5. MARX, Observações sobre a Recente Instrução Prussiana Acerca da Censura - ONIAC, 149.

6. MARX, ONIAC, 164.

7. MARX, ONIAC, 165.

8. MARX, ONIAC, 168.

9. MARX, A Proibição da Gazeta Geral de Leipzig – PGGL], 296 - 297.
10. MARX, PGGL, 297.
11. MARX, PGGL, 297.
12. MARX, PGGL, 299.
13. MARX, PGGL, 302.
14. MARX, PGGL, 302.
15. MARX, Justificação do Correspondente de Mosella –JCM], 363 - 364.
16. MARX, JCM, 364.
17. MARX, LI, 5.
18. MARX, LI, 7.
19. MARX, LI, 22.
20. (MARX, LI, 23).
21. MARX, LI, 23.
22. MARX, LI, 29.
23. MARX, LI, 29.
24. MARX, LI, 32.
25. MARX, LI, 33.
26. MARX, LI, 34.
27. MARX, LI, 39.
28. MARX, LI, 41.